

A Antropologia vai à escola: práticas etnográficas no ensino de Sociologia

Anthropology goes to school: Ethnographic practices in the teaching of Sociology

Fagner Carniel¹
Gabriela Col Carvalho²

Palavras-Chave:
Etnografia;
Antropologia;
Alteridade;
Educação Básica;
Ensino de
Sociologia.

Resumo: O artigo debate uma intervenção pedagógica para o ensino de Sociologia na Educação Básica que foi construída entre os anos de 2022 e 2023, durante realização de estágios supervisionados em escolas públicas de Maringá, no Paraná. O objetivo, portanto, é apresentar e problematizar práticas de ensino etnograficamente inspiradas que possam contribuir com a formação docente nas ciências sociais ao propor caminhos potenciais para que o exercício da alteridade possa ser levado à sério na educação escolar. A proposta de intervenção visa estimular a participação ativa de discentes e docentes com suas comunidades de origem, promovendo processos de autotransformação, curiosidade, desnaturalização, empatia e estranhamento por meio do reconhecimento sensível das diferenças culturais. Para isso, diálogos com o legado antropológico são mobilizados como uma maneira de contornar a organização “bancária” da educação e extrapolar projetos de ensino pautados na mera transmissão de conteúdo. Desse modo, as práticas propostas expressam um desconforto diante do lugar ocupado pelas ciências sociais na escola, seja diante dos limites institucionais, seja diante das tensões em torno do papel do ensino de Sociologia. Por fim, argumentamos que, embora princípios importantes como a participação comunitária e a obrigatoriedade do ensino da diversidade estejam presentes na atual organização da educação brasileira, decentes precisam abordá-los de forma crítica, engajada e reflexiva.

Keywords: *Ethnography;*

Abstract: *This article discusses a pedagogical intervention for the teaching of Sociology in Basic Education, developed between the years*

Recebido em 22/05/2024 e aceito em 18/12/2024.

1 Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: fcarniel@uem.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7453-1993>

2 Graduada e Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: carvalhocolgabriela@gmail.com Orcid:<https://orcid.org/0009-0003-1081-5393>

Anthropology; Alterity; Basic Education; Sociology Teaching.

2022 and 2023, during supervised internships in public schools in Maringá, Paraná. The objective, therefore, is to present and problematize ethnographically inspired teaching practices that can contribute to teacher training in the social sciences by proposing potential pathways for the serious consideration of alterity in school education. The intervention proposal aims to stimulate the active participation of students and teachers with their communities of origin, promoting processes of self-transformation, curiosity, denaturalization, empathy, and estrangement through the sensitive recognition of cultural differences. To this end, dialogues with the anthropological legacy are mobilized as a way to circumvent the “banking” organization of education and go beyond teaching projects based solely on the transmission of content. Thus, the proposed practices express discomfort with the place occupied by the social sciences in school, whether in the face of institutional limits or in the face of tensions surrounding the role of Sociology education. Finally, we argue that, although important principles such as community participation and the mandatory teaching of diversity are present in the current organization of Brazilian education, students need to approach them critically, engaged, and reflexively.

APRESENTAÇÃO

A cada novo ano letivo, centenas de estudantes que cursam licenciatura em Ciências Sociais costumam retornar às escolas para realizar estágio supervisionado com professoras ou professores que atuam na disciplina de Sociologia. Em meio a esses percursos formativos, fomos aprendendo coletivamente a identificar e a responder alguns dos principais desafios políticos, institucionais e epistemológicos que acompanharam o ensino escolar da Sociologia desde o seu retorno aos currículos do Ensino Médio em 2008 (Silva, 2012). No entanto, a intensificação dos ataques à escola pública e à democracia no país (Zan e Krawczyk, 2018), que culminaram na recente redução de carga-horária e no esvaziamento pedagógico de disciplinas como a Sociologia (Pinto et al., 2024), parece ter reintroduzido disputas que estavam relativamente apaziguadas entre nós.

O lugar atualmente ocupado pelos saberes e pelas práticas antropológicas no ensino de Sociologia talvez seja um caso exemplar das tensões que emergem desse momento em que a presença das ciências sociais nas escolas e o próprio projeto de aprofundamento de uma educação cidadã se encontra mais uma vez ameaçada. Ao menos essa foi a percepção que tivemos, como orientanda e orientador, após a realização de quase dois anos de estágios supervisionados em escolas da rede da rede pública de ensino em Maringá, no Paraná. Com a redução da carga-horária da disciplina de Sociologia (Gabriel, Pereira e Gabriel, 2021), o fim do ensino remoto emergencial (Spadacini, Ramos e Melo, 2023) e a aquisição de novos equipamentos, materiais

didáticos digitais e sistemas informatizados de agenciamento e controle do trabalho docente (Cavazzani, Santos e Lopes, 2024), ensinar antropologia passou a ser uma espécie de “problema” para as diferentes professoras e professores de Sociologia que acompanhamos nesse período.

Parte dessas dificuldades já haviam sido inscritas pelas reformas educacionais que reorganizaram a educação escolar brasileira a partir de 2017. Ao mesmo tempo em que princípios históricos das lutas sociais pela redemocratização da escola pública puderam ser mantidos (Cigales, 2022; Meucci, 2015), como os da gestão democrática, participação em comunidade e valorização da história e cultura afro-brasileira e indígena, a implementação da nova Base Nacional Comum Curricular sufocou as perspectivas antropológicas – diluídas em meio à instrumentalização de competências e habilidades para o ensino de Sociologia ou mesmo transfiguradas em modelos neoliberais de diversidade e tolerância desprovidos de criticidade (Cássio e Catelli, 2019). No Paraná, assim como em outros estados da federação, pode ser acrescido a esse esvaziamento pedagógico um processo de plataformização da educação pública (Barbosa e Alves, 2023) que condicionou o trabalho docente a ensinar sobre ou em favor da diversidade, mas não com ou por meio dela.

Desse modo, o que fomos percebendo em nossa atuação nas escolas maringaenses foi uma angústia crescente por parte de docentes com quem tivemos contato em relação aos tempos e espaços efetivos para a articulação de saberes e práticas antropológicas em suas aulas, bem como a generalização de indagações acerca de qual antropologia seria possível na nova (des)territorialização do ensino de Sociologia. Diante desse cenário, optamos por fazer dos estágios supervisionados espaços de “experimentação pedagógica” com o ensino de antropologia (Carniel e Thomaz, 2021). Portanto, o objetivo deste ensaio pedagógico não é produzir uma reflexão antropológica ou etnográfica da experiência escolar que tivemos acesso, mas esboçar possibilidades de intervenção pedagógica nas aulas de Sociologia que permitam outros florescimentos para o ensino da antropologia.

Chamamos essas intervenções pedagógicas de “etnograficamente inspiradas” com a expectativa de que elas possam também inspirar outras professoras e professores da disciplina a ultrapassar a mera transmissão sistemática de ideias e representações acerca da cultura, da diversidade e da diferença na Educação Básica e “levar à sério” o encontro com o Outro na formação escolar – algo que Marisa Peirano (2008), ao problematizar o fazer etnográfico, tão bem definiu como um aprendizado que costuma ocorrer quando própria pessoa que estuda passa a ser assimilada e transformada pelo campo estudado. Afinal, aprender com o legado antropológico e etnográfico parece implicar certo tempo de envolvimento e sensibilização na escola, certo espaço

de deslocamento e experimentação no trabalho docente, que pressupõe a construção de outras maneiras de estar em relação com o conhecimento e com o mundo em que vivemos.

POR QUE A ANTROPOLOGIA NOS INDAGA SOBRE O OUTRO?

Ao folhear livros didáticos de Sociologia atualmente disponíveis nas bibliotecas das escolas públicas do Paraná (eg. Araújo e Bridi, 2016; Costa e Oliveira, 2016; Silva et al., 2016), é comum entrarmos em contato com narrativas diversas a respeito da configuração histórica dessa área do conhecimento. São tentativas de explicar o lento processo adensamento de certo interesse pela diferença representada por outros povos ou sociedades durante o longo e violento processo de expansão colonial. Assim, podemos aprender com esses livros didáticos que a emergência da antropologia, enquanto uma disciplina científica focada no estudo do fenômeno humano, está relacionada com a curiosidade de intelectuais europeus modernos em sistematizar culturas e práticas sociais tidas como “estranhas” ou “exóticas” ao mundo moderno.

Nas aulas dedicadas ao tema que acompanhamos durante os estágios supervisionados em Maringá, as professoras e professores da disciplina habitualmente aprofundavam essa explicação oferecida pelos livros didáticos procurando demonstrar como ela representaria o efeito de uma relação particular de poder expressa pela “diferença colonial”. Ou seja, a pesquisa antropológica se originaria, em grande medida, da análise que os primeiros pesquisadores da área teriam realizado em seus gabinetes a partir de relatos de viajantes e informantes em campo. Por isso mesmo, conduzidas por docentes formados em ciências sociais e com relativa experiência na Educação Básica, aquelas aulas introdutórias estavam organizadas para argumentar como a antropologia clássica, em seu momento de formação, tenderia a compreender o Outro de modo etnocêntrico e a assimilá-lo como um ser “inferior” ou “primitivo” (Laplantine, 1988; Laraia, 2007).

Algumas das aulas se encerravam com a crítica ao etnocentrismo. Outras esboçavam desdobramentos desse debate na construção de formas racializadas de classificação e hierarquização social que moldaram a estrutura social de nossa sociedade. Todavia, invariavelmente elas transbordavam para a aula seguinte com a enunciação da etnografia como uma nova maneira de pesquisar e se relacionar com a diferença representada pelo contato com outros diversos e desiguais. Nesse momento, seus precursores, Bronislaw Malinowski e Franz Boas, apareciam nas falas ou nos slides das professoras e dos professores como personagem central de uma transformação heurística e epistêmica que iria propor o deslocamento geográfico e teórico do próprio pesquisador em direção ao seu campo de investigação.

Dessa forma, as turmas do segundo ano do Ensino Médio que participavam das aulas começavam sua jornada pelo universo da antropologia com uma imagem mais ou menos nítida da conformação moderna do trabalho do antropólogo. Um intelectual forjado por meio da observação e da descrição minuciosa de realidades socioculturais até então desconhecidas, que se dedica a sistematizar a humanidade em seus diferentes contextos culturais e a compreender o Outro em seus próprios termos. Tratava-se uma imagem um tanto quanto estereotipada, é verdade, mas foi por meio dela que nós também conseguimos compreender que o trabalho etnográfico poderia ser um caminho potencial para que os saberes e fazeres antropológicos pudessem ser levados à sério na escola – não unicamente como formas de representação das diferenças e desigualdades sociais, mas como uma prática necessariamente educacional que forma e transforma nossa relação com o mundo. Há variados estudos que já se ocuparam da etnografia ou do trabalho de campo como metodologias privilegiadas para o ensino da cultura, da diferença e das desigualdades em perspectivas antropológicas. Para recuperar apenas alguns exemplos, são proposições que enfatizam a diversidade de modos de leitura e produção etnográfica (Carniel e Rapchan, 2018), que apostam em pedagogias especulativas (Gaspar, 2018), que sugerem em formas colaborativas de trabalho de campo (Buti, 2022), que indicam caminhos para a criação de jogos didáticos (Dumit, 2017), que debatem os limites e possibilidades de práticas etnográficas hiper-realistas (Couceiro, 2020), ou que apresentam práticas performáticas de experimentação (Schweig, 2024). O que esses estudos parecem ter em comum é a tentativa de materializar aquilo que Amurabi Oliveira (2012, p. 89) recomenda ao ensino de Sociologia como um princípio pedagógico potencial do trabalho etnográfico nas escolas: “despertar olhares atentos e curiosos, sensíveis a detalhes que poderiam passar despercebidos”.

Em diálogo com essas maneiras recentes de se relacionar com as dimensões formativas do trabalho etnográfico, procuramos formular nossa proposição de intervenção pedagógica entendendo que este fazer tão típico da antropologia não precisa se restringir a um fazer acadêmico especializado, mas pode ser apropriado e até mesmo transgredido por outros coletivos sociais, como estudantes secundaristas, enquanto uma ferramenta que potencializará outras maneiras de compreender e se relacionar com mundo. No contexto escolar, tendo-o em vista como um lugar propício para tal potencial seja disseminado, há uma série de empecilhos e desafios a serem superados. O principal deles talvez seja a dificuldade da antropologia de se colocar, com todo o seu potencial analítico e liberdade criativa, em um sistema escolar tão rigidamente delimitado por diretrizes e normas de funcionamento que constrangem corpos, ritmos e subjetividades.

Portanto, encontrar maneiras sensíveis e sensatas de contornar esses constrangimentos que distanciam os compromissos antropológicos e suas potencialidades pedagógicas dos horizontes de atuação docente na escola, talvez seja o primeiro movimento em direção a um ensino etnograficamente inspirado. No tópico seguinte, pretendemos abordar em maiores detalhes aquilo que pudemos realizar e os pressupostos que orientaram nosso trabalho.

O VÉU DAS FINALIDADES E DAS REPRESENTAÇÕES

Ao mesmo tempo em que a atual regulamentação da educação brasileira pressupõe a participação em comunidade e a gestão democrática como princípios amplamente defendidos (BRASIL, 1996), a estrutura institucional dos currículos escolares, por meio da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e das diretrizes estaduais acionadas por ela, propõe formas objetivas de transmissão dos conteúdos a serem ensinados e aprendidos. A partir desse modelo pedagógico-curricular, que poderia muito bem ser

chamado de “bancário” (Freire, 1987), a forma institucional da educação pública no Paraná parece esperar que docentes executem suas aulas a partir de conteúdos cada vez mais pré-estruturados e discentes se convertam em receptores-executores desses conteúdos, com listas cada vez mais alargadas de atividades previamente organizadas. Assim, a própria cultura da repetência escolar (Earp, 2009), que historicamente disciplina corpos e subjetividades, passou a ser ela própria avaliada por sistemas de avaliação em larga escala (Lacruz, Américo e Carniel, 2019), como a Prova Brasil e os vestibulares, que terminam por controlar, classificar e hierarquizar a Educação Básica.

O ensino de antropologia e, por consequência, seus modos de saber e fazer, figuram no interior dessa arquitetura institucional da educação em impasses parecidos. Localizada dentro da grande área das Ciências Humanas e traduzida como parte dos conteúdos do componente curricular de Sociologia, a existência de uma antropologia escolar é submetida e limitada aos princípios e objetivos comuns de outras áreas (Rapchan e Carniel, 2016), bem como às suas crises de identidade e legitimidade (Carniel e Bueno, 2018). Além disso, na última década, outras áreas e disciplinas, como o ensino de Matemática (eg. Lara, 2019), Língua Portuguesa (eg. Rocha e Souza, 2022) ou Educação Física (eg. Silva e Silveira, 2018), também foram afetadas pelas lutas sociais e se transformaram para incorporar conceitos caros à antropologia – em particular, após a implementação do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (BRASIL, 2008) – sem que houvesse a oportunidade de entrar em relação com a diversidade em sua dimensão de campo.

Dessa maneira, não podemos dizer que nos surpreendemos com o desconforto em relação ao ensino de antropologia expresso pelas professoras e professores com

as quais dialogamos durante os estágios supervisionados. Afinal, há a lógica objetiva e de finalidade, em que “as propostas pedagógicas normalmente constituem-se mais em torno da ‘intenção’ do professor (ou do currículo) que seleciona conteúdos e institui seu ponto de partida, e menos com base na ‘atenção’ às questões que emergem” (Schweig, 2019, p. 141). Assim, compreendemos porque mesmo docentes formados na área e engajados com a consolidação das ciências sociais na Educação Básica costumam se perceber limitadas ao ensinar conceitos fechados de cultura. Às vezes relatam certo “engessamento” ou “essencialização” em sua prática pedagógica, fruto de um contexto de trabalho que estimula a passividade estudantil e a transmissão expositiva de conteúdos prontos antes mesmo das aulas começarem, desestimulando outras propostas de envolvimento com o conhecimento e com a própria comunidade escolar.

Ao tentar lidar com as angústias e inquietações a respeito de qual antropologia poderia ser levada à sério na escola, procuramos formular uma proposta de intervenção pedagógica etnograficamente inspirada para compartilhar com colegas de ensino. A ideia visava fomentar, a partir do ambiente escolar, a interação estudantil com as comunidades em que estavam inseridos. Essa iniciativa emergiu da percepção de que a antropologia, por meio do trabalho de campo, poderia transcender as fronteiras do ensino representacional tão difundido pelas propostas curriculares vigentes. Esse desafio tem sido objeto de intenso debate por antropólogas e antropólogos ao longo das últimas décadas em suas pesquisas (Clifford e Marcus, 1989), uma vez que estas tendem a se concentrar nas manifestações culturais dentro do escopo das representações intelectuais e racionais, fundantes do paradigma de conhecimento ocidental, sem alcançar plenamente o potencial emergente da experiência sensível que o trabalho de campo possibilitaria.

Ao reconhecer as limitações da etnografia moderna e ao permitir que outras experiências em campo fossem valorizadas, relações que até então não costumavam ser consideradas em profundidade puderam se legitimar na antropologia contemporânea, abrindo espaço para o estabelecimento de outros modos de pensar e compreender para além das fronteiras das representações estabelecidas. As “afetações” em campo (Favret-Saada, 2005) constituem um exemplo significativo dessas mudanças ao lidar de outras maneiras de lidarmos e nos relacionarmos com os vínculos estabelecidos com o Outro no curso das pesquisas etnográficas. Nessa mesma perspectiva, a enumeração das dimensões educacionais da antropologia enquanto uma prática da atenção, como propõe Tim Ingold (2010; 2016), também recuperaram a presença no mundo e a experiência com o mundo como fundamentos importantes da reflexão antropológica.

Essas formulações acadêmicas recentes e amplamente conhecidas por quem se formou em ciências sociais, não pensaram a escola e talvez nem devam ser trans-

postas para uma ou outra prática escolar localizada. No entanto, pensamos que elas podem estimular a ação pedagógica a também se desvincilar de uma concepção de conhecimento fixado em representações intelectuais a serem meramente transmitidas. Dessa forma, pensar e praticar a antropologia na escola, quem sabe, possa ensejar outros caminhos para a formação, enfrentando um contínuo não saber em relação ao Outro, no qual o deslocamento e a transformação de perspectivas implicam em um aprendizado co-produzido através de relações que transcendem os seus próprios limites.

Nesse sentido, o objetivo dessas intervenções pedagógicas, inspiradas pelo amplo e diverso legado antropológico e pelas maneiras vibrantes pelas quais o fazer etnográfico se multiplicou indefinidamente de modo reflexivo e engajado, certamente não poderia ser o de habilitar estudantes secundaristas ao exercício da antropologia. Trata-se, porém, de uma maneira de exercitar a experiência etnográfica com nossas turmas de Ensino Médio e educá-las com etnografia para possam desenvolver outras trocas, sensibilidades, relações, percepções, moralidades, imaginações, gostos, emoções, desejos, curiosidades e atenções diante da multiplicidade de maneiras de viver bem esta vida que compartilhamos com e a partir da escola.

UM PROJETO DE INTERVENÇÃO ETNOGRAFICAMENTE INSPIRADO

Separada em três movimentos que se interligam, a sequência narrativa de “O etnográfico em sala de aula”, “Apropriação de narrativas” e “Exercícios de sensibilidade” que apresentaremos nesta sessão do texto procura sistematizar nossa proposta de intervenção pedagógica de modo a torná-la acessível à outras professoras e professores que também desejem realizar atividades etnograficamente inspiradas com suas turmas de Ensino Médio. Mesmo com o risco de instrumentalizar demasiadamente nossa proposta, pois o que relataremos ainda será uma sequência didática, a intenção não é delimitar esses momentos em uma espécie de sequência fixa e fechada de aulas. Nós mesmos nunca conseguimos realizar essa intervenção de uma única maneira com as turmas que tivemos a chance de trabalhar. Trata-se apenas de sugerir uma forma de organização que possa potencializar a dimensão viva e criativa da curiosidade antropológica.

Os temas selecionados para essa intervenção foram pensados para aprofundar debates sobre gênero, raça e religião. Mais do que um desejo intelectual, essas eram questões que pareciam mobilizar estudantes e a própria comunidade escolar durante o período em que frequentamos as aulas de Sociologia. Desse modo, construímos e revisitamos nossa proposta a partir da oportunidade de ministrar conteúdos de antropologia para estudantes do segundo ano do Ensino Médio e de organizar atividades

pedagógicas relacionadas aos eventos escolares em comemoração da consciência negra nas escolas.

O objetivo era fomentar entre estudantes secundaristas o contato com realidades muitas vezes percebidas como desconhecidas ou estranhas e estratégias de deslocamento em sua sensibilidade que evitassem a reificação de pré-noções acerca do Outro por meio de gestos de leitura e escrita, fala e escuta, observação e performance.

De fato, nem sempre fomos bem-sucedidos nessas tarefas de despertar a curiosidade e envolver estudantes secundaristas com a antropologia, mas em alguns casos sim. Por isso, decidimos sistematizar essas atividades em três momentos de ensino relativamente articulados para compartilhá-las com outras pessoas e, quem sabe, contribuir para a ampliação do lugar e do papel da prática etnográfica nos repertórios pedagógicos do ensino de Sociologia.

O ETNOGRÁFICO EM SALA DE AULA

O primeiro movimento pedagógico que julgamos importante para iniciar a realização desta intervenção parte da própria reconceitualização docente de suas salas de aula como campos de observação e experimentação. Repletas de pessoas com vivências, trajetórias, subjetividades, repertórios, objetivos, perspectivas, motivações, gostos, estilos de vida e desejos que se aproximam e se diferenciam em múltiplas formas de ser, as salas de aula constituem um universo incrivelmente rico para pensar as relações entre educação e sociedade a partir de perspectivas juvenis diversas (Carniel e Thomaz, 2021). A partir das experiências de ensino que acumulamos ao longo dos estágio, entendemos que esses lugares, tão controlados e normatizados, docentes, estudantes e a comunidade escolar também conseguem produzir suas formas de habitação, apresentando-se como agentes que estão praticando cultura com e a partir das escolas de modos variados, históricos, contraditórios e abertos.

Desse modo, ao assumir as salas de aula como campos de observação, torna-se possível sustentar certo interesse pelas potencialidades educacionais do trabalho etnográfico. Antes disso, contudo, é necessário nutrir as turmas com certas perguntas ou inquietações que também fizeram parte da história da antropologia em sua busca por entender e se relacionar com o fenômeno humano diante de sua ampla diversidade e plasticidade: Como reconhecemos a nós mesmos e como nos apresentamos aos outros? Como reconhecemos as pessoas à nossa volta e como nos relacionamos com elas? Como percebemos as semelhanças e diferenças observadas e como nos posicionamos diante delas? Como nossas relações com os outros são organizadas, quais são as suas dinâmicas e quais significados atribuímos a elas? Como agimos diante dessa comunidade diversa e em que medida nos importamos com o que ocorre nela?

Trata-se de perguntas muito simples, mas que detêm o potencial performático de evocar formas de auto apresentação que colocam nossas turmas em diálogos e processos de reconhecimento variados. Assim, também se pode estimular a apreensão de certos conceitos que organizam, orientam e caracterizam o trabalho em campo na antropologia. Nesse caso, noções de ação social, comunidade, corporalidade, desigualdade, grupo social, identidade, imaginação, história, memória, moralidade, papel social, performance, pessoa, poder ou reciprocidade podem emergir durante as aulas e contribuir para construir senso coletivos acerca do que significa a ideia de cultura e de como participamos de sua construção.

Ao menos, essa foi a maneira pela qual sempre procuramos introduzir questionamentos acerca da cultura no início das atividades pedagógicas que realizamos nas escolas. A intenção não era alcançar qualquer tipo de honestidade, integridade ou veracidade a partir das reações estudantis ao convite que realizávamos. Pelo contrário, quanto mais performatizada fosse se tornando a conversa, mais próximos nos sentíamos de estar compartilhando uma compreensão que faz da cultura e das experiências vividas, da imaginação e da realidade, dimensões inseparáveis do modo como estamos, sentimos e nos relacionamos no mundo. Assim, conseguíamos efetivamente começar nossas intervenções desestabilizando o pressuposto pedagógico formal que atribuía à condição estudantil ou mesmo juvenil de todos os alunos e docentes uma suposta igualdade diante da escola e do conhecimento e re-territorializar nossas salas de aula como campos de observação.

Encontramos nesse momento performático, algo já notado em nossa experiência acompanhando as turmas das escolas que frequentamos durante o estágio e frutífero para esse movimento de nos percebermos em campo. Alguns estudantes mais extrovertidos com quem mantivemos contato, ao se depararem com nossos questionamentos, geralmente demonstravam certo desejo de se expor e nos contar coisas que julgam importantes em suas vidas. Essa relação de “intimidade” possibilitou que eles e elas, pouco a pouco, também apresentassem suas perspectivas, curiosidades, capacidades e vontades de questionar ao conjunto de suas turmas – quase como se estivessem apenas aguardando uma oportunidade para serem ouvidos. Em outros casos, a possibilidade de performatizar pontos de vista ou opiniões produziu o conforto necessário para permitir que esses corpos expressem ao menos algumas de suas angústias do dia a dia com certa liberdade de criação.

Após esses primeiros estímulos, e os interesse que geralmente eram suscitados por eles, a escrita desses questionamentos começou a se adensar em “estranhamentos cotidianos”. Quando solicitamos a socialização desses textos, os porquês começaram a se desdobrar até chegarem em inúmeras outras perguntas que, quando performadas

e expostas ao público da sala de aula, geravam modos diversos de desnaturalização. Às vezes, estranhava-se e desnaturalizava-se comportamentos tidos como banais, como o hábito de comer em determinados horários e de determinados jeitos. Em outros casos, surgiam questões mais sensíveis e complexas, envolvendo conflitos de gênero ou raciais. Em ambos os casos, esses estranhamentos eram conduzidos para não suscitar isolamentos, mas apenas breves distanciamentos ou alianças que poderiam favorecer novos e calorosos debates em sala de aula.

Durante todo esse processo de mobilização de imaginários e deslocamentos de perspectivas rumo à outras percepções, desde os questionamentos iniciais, ao momento da escrita e da incorporação no corpo dessas indagações, todos esses momentos que fizeram parte dessa pequena jornada de realizar, ou pelo menos tentar, uma performance, foram proveitosa para gerar identificação e bastante desnaturalização do nosso mundo social. Por isso mesmo, entendemos que eles foram capazes de fazer com que todos nós, presentes em sala de aula, promovêssemos e praticássemos juntos percepções que se atentem e se afetem a essa teia de relações culturais presentes nas convergências entre múltiplas vivências. Assim, acreditamos que essa proposta de intervenção pedagógica poderá gerar efeitos similares em outras experiências a serem conduzidas por outros docentes.

Apropriação de narrativas

As narrativas etnográficas são produtos intelectuais que revelam a busca pelo entendimento do outro e a si mesma: podem ser definidas como relatos, reflexões ou sistematizações de vivências no deslocamento de seu fazer, de perspectivas e de contextos sociais e geográficos, tanto quanto suas inúmeras limitações.

Por terem essa capacidade reveladora, seu uso exemplar e conceitual (Carniel, Rapchan, 2018) figura nesta proposta como um gesto que poderá potencializar as práticas de leitura de narrativas etnográficas em sala de aula como uma aposta didática que promova a difusão e apropriação do legado das reflexões etnográficas. A expectativa é que, a partir dessa proposta, seja possível promover a apropriação de saberes históricos e tradicionais dessa área do saber, destacando seus envolvimentos e relações com o mundo dos que pesquisam e os que são pesquisados.

Sua leitura pode levar ao encontro do afeto de quem lê com o afeto de quem produziu. Assim como a atenção ao entorno, ao enfrentarem nessa leitura seguida de sua apropriação, o desconhecimento e o interesse no outro. Sempre com o objetivo de nutrir uma sensibilidade em relação ao entendimento do ser cultural e a reflexão do que é ser um ser cultural, dentre todas suas aproximações, diferenças, conflitos e fluidez que envolvem esse trabalho, de forma a promover seu aspecto de lidar de modo mais

positivo com a diversidade e, assim, formas e práticas sensíveis de conhecer cultura, sendo ela nossa e dos outros.

Para efetivar esse trabalho antropológico e pedagógico nas escolas em que atuamos, partimos da leitura de trechos selecionados da obra “A Cidade das Mulheres” – uma etnografia realizada pela antropóloga estadunidense Ruth Landes (2022) sobre os candomblés da Bahia, entre os anos de 1938 e 1939. É uma etnografia repleta de histórias, sendo quase inevitável não causar curiosidade no leitor interessado. Acreditamos que a leitura coletiva dessa narrativa terá seu efeito em sala de aula.

Sua tese polêmica sobre a existência de matriarcado nos candomblés da Bahia, mostra uma proeminência das mulheres nos cultos nagôs e dos homossexuais nos cultos caboclos. A forma como a etnógrafa, surpreendentemente, não viu racismo no Brasil e ficou convencida de que aqui é um lugar de harmonia entre as raças; a sensibilidade no campo expressa na narrativa etnográfica mais experimental à época devido ao seu tom confessional, mostrando seu comprometimento as emoções e as sensações; às inúmeras fotos feitas dos terreiros como registro pessoal; sua posição como uma mulher antropóloga procurando fazer o seu nome em uma área dominada por homens; sua passagem ao Brasil marcado pelos desentendimentos e críticas destinadas a autora, desde suas teses a sua forma de trabalhar; seu envolvimento com Edson Carneiro; e até enfim sua expulsão do Bahia com a ditadura Vargas. Todos esses aspectos contextuais e biográficos (Anderson, 2019), podem e talvez até devam ser acionados em sala de aula para potencializar o debate.

Essas tensões que Ruth Landes provocou na área são emblemáticas e potentes de serem trabalhadas nessa proposta pedagógica, por mostrar como as:

Normas contraditórias de comportamento são o pão de cada dia dos antropólogos: ao tratar delas, justamente, como contraditórias, tanto em sua primeira monografia, quanto neste livro, Ruth Landes desafiou, ela mesma, uma norma de uma disciplina na época - a de que os indivíduos se adequam à sua cultura. Ela, ao contrário, como bem mostra Sally Coel, não só não se adequou aos padrões culturais esperados de uma boa moça judia (e branca), como em sua análise do candomblé afro-brasileiro descreveu as lutas em torno dos significados e dos papéis sociais, em vez de enfatizar a integração e a coerência centrais aos retratos de cultura de Mead e de Benedict. (Corrêa, 2002.)

Dessa forma, Ruth Landes e a “A Cidade das Mulheres” proporcionam temas e histórias interessantes. Alguns tópicos e alguns trechos oportunos podem ser trabalhados em sala de aula com o apoio do documentário “A Cidade das Mulheres”, de 2005, que retrata as mulheres baianas e a antropóloga em questão. A partir desse documentário é possível visualizar as fotos (Figura 1) produzidas pela Ruth Landes em seu tra-

balho de campo somadas a quadros de artistas brasileiros, como a pintora Djanira da Motta, ou mesmo músicas de Lia de Itamaracá, Elza Soares e Kiko Dinucci, Luiza Lian. Trata-se, portanto, de um acréscimo didático que efetivamente irá enriquecer o tema e favorecer formas de sensibilizar a atenção, assim como mostrar modelos diferentes de expressar cultura e fazer cultura.

Figura 1 - Oferendas a Yemanjá e as Três Orixás.



Fonte: Fotografia da coleção Ruth Landes (1938) ao lado da pintura de Djanira da Motta (1966).

Comumente, esses temas são apropriados pelas turmas para falarem sobre suas percepções e experiências “sala a fora”, do que vivem e percebem em suas famílias e bairros ou mesmo de coisas que ouviram pelas ruas e na mídia. Depois de fazerem a leitura e se apropriarem de entendimentos presentes nela, percebemos que conseguem dar peso teórico a esses questionamentos e a relacionar a diversas situações. E, apesar de a leitura nunca ser a mesma, como não vai ser nas demais experiências a serem feitas, onde trechos diversos a gosto dos professores e dos alunos podem suscitar outros interesses e outras questões, a incorporação de entendimentos clássicos da antropologia parece acontecer e se constituem como aparato para dar continuidade às indagações que constantemente aparecem envolvendo corpo, raça, gênero e religião.

EXERCÍCIOS DE SENSIBILIDADE

Experienciar o fazer etnográfico na escola, como procuramos argumentar, detém o potencial de evocar vivências outras que se incorporam à nossa, acrescendo e mudando nosso conhecimento de formas inesperadas. Dentro de sala de aula, vemos como algumas práticas experimentais do seu fazer conseguem alçar os estudantes a formas de ensinar e aprender. Ao se lançarem no desconhecido e desafiador, seu pró-

prio processo de aprendizado parece estar fora do alcance das paredes da sala e dos muros das escolas – algo que eles e elas adoram fazer. O desafio pedagógico, portanto, é fazê-las “levar a sério” suas curiosidades iniciais e perseguirem esses dilemas que estão surgindo em suas inquietações para, enfim, dar vazão a reflexões em diálogo com aprendem e observam sobre o Outro.

Percebemos que quando esse momento que até parece mágico acontece, docentes e estudantes têm a chance de aprenderem sobre a noção de cultura no próprio ato de corresponder ao mundo que observam, mas também fazem parte. Entendemos esse processo logo que passamos a conversar de forma mais sistemática sobre a comunidade escolar, o bairro da escola, as regiões onde vivem e todos os coletivos que puderam observar em suas trajetórias pela cidade. Notamos o quanto esse caminho de relacionamentos levava a descobertas coletivas, reflexões mais envolvidas e interesses e condutas que não acabavam com o fim da aula.

Esse movimento começava com a delimitação de alguns problemas a serem investigados pelas próprias estudantes, fruto de suas curiosidades que já estávamos acompanhando por um tempo, seguido por suas observações e investigações fora de sala de aula. Dentro dela, era o momento de compartilharem suas percepções e descobertas registrados nos diários de campo semanalmente gerando vários debates entre a turma. O papel docente nessas atividades era enquanto orientadores das discussões, proporcionando aprofundamentos e tensionamentos das questões levantadas, mas, para além disso, continuou a se tornar um momento em que quem está para lecionar, passar também a aprender.

Ao final desses exercícios etnográficos experimentais, planejamos algumas formas de produção didática que pudessem comunicar suas descobertas. Muitas das produções foram expressas pela escrita, em relato de experiência ou em forma de crônicas, mas também como narrativas audiovisuais, podcasts, catálogos de fotos. Como objetivo era facilitar a comunicação de uma experiência de deslocamento produzida com o Outro, estimulamos práticas variadas de criação que foram feitas de diversas e instigantes maneiras. Assim, não esperávamos que as turmas produzissem teses ou que chegassem a respostas definitivas para os problemas que levantaram, como não costumava acontecer, mas que se coloquem em relação com outras maneiras de ser, estar, sentir e se relacionar com o mundo. Nessa troca sensível, quem sabe, o conhecimento a respeito das práticas culturais os levasse para fora de si e deixasse de ser encarado como algo e ser fixado dentro de seus pensamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ambicionamos em nossa reflexão e proposta de sequência didática acerca da antropologia no ensino de Sociologia na Educação Básica contornar uma situação limitante dada pela estrutura escolar institucional que parece determinar formas engessadas de ensinar, em contraponto com a forma de aprender da antropologia e da própria amplitude de vivências que envolve a comunidade escolar. Para isso aproveitamos espaços e brechas nela existentes, como a participação em comunidade e o ensino de diversidade fazendo valer certos legados antropológicos para ocupar esses espaços e lidar com certos problemas. Sabemos com base em nossas vivências de quase dois anos de estágio nas escolas maringaenses que, professores de sociologia parecem estar na posição complicada de disseminar um legado complexo em um lugar que mesmo também complexo em vivência, é sufocado na prática. Não foi raro – e talvez até muito comum –, encontrar professoras e professores relatando dificuldades que ponham em risco propostas como essa, seja pelas exigências de seguirem à risca a intencionalidade dos currículos, ou por inúmeras outras situações que fogem do que possa ser feito de imediato em sala de aula.

De fato, nossas tentativas de pôr em prática essa proposta nem sempre foram um trajeto retilíneo, muitas vezes pareceu um percurso que nunca iria ser totalmente concretizado. Assim como nos currículos propostos com aulas prontas, variáveis típicas de um agrupamento com mais ou menos trinta pessoas cheias de anseios tomam conta e fracassam propostas, até as mais bem intencionadas. Porém, ao levá-la como momentos de experimentação voltados ao que a sensibilidade desses momentos nos leva, pudemos ver caminhos abertos nos quais da curiosidade do Outro surgiram um processo de aprendizado que levou os alunos a passarem por processos de autotransformação. Durante o curso dessa busca pela alteridade pudemos ver relações acontecerem, contatos passaram e se intensificaram e assim, alunos e professores puderam ver e fazer parte de sua comunidade de outras maneiras.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Jamie Lee. **Ruth Landes e A cidade das mulheres: uma releitura da antropologia no candomblé**. Editora EDUFBA, 2019.
- ARAÚJO, Silvia Maria de; BRIDI, Benilde Lenzi Motim. **Sociologia**. São Paulo: Scipione, 2016.
- BARBOSA, Renata Peres; ALVES, Natália. A Reforma do Ensino Médio e a Plataforma da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. **e-Curriculum**, v. 21, 2023.
- BUTI, Rafael Palermo. Pedagogias colaborativas em antropologia: uma proposta de

- ensino como educação compartilhada junto aos quilombos da grande Salvador (Unilab, Brasil). **Revista Antropolítica**, v. 54, n. 3, 2022.
- CARNIEL, Fagner; BUENO, Zuleika de Paula. O ENSINO DE SOCIOLOGIA E OS SEUS PÚBLICOS. **Educação & Sociedade**, v. 39, n. 144, 2018.
- CARNIEL, Fagner; RAPCHAN, Eliane Sebeika. Usos (sem abuso) do texto etnográfico em sala de aula. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, v. 99, n. 253, p. 687-699, 2018.
- CARNIEL, Fagner; THOMAZ, Daniara. Quando o campo é o estágio: etnografia e formação docente. **Campos – Revista de Antropologia**, v. 22, n. 2, 2021.
- CÁSSIO, Fernando; CATELLI JR., Roberto. (Orgs.). **Educação é a base? 23 educadores discutem a BNCC**. São Paulo: Ação Educativa, 2019.
- CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski; SANTOS, Rodrigo Otávio; LOPES, Luís Fernando. Precarização do trabalho docente: plataformas de ensino no contexto da fábrica difusa. **Cadernos Metrópole**, v. 26, n. 59, 2024.
- CIGALES, Marcelo. O ensino de sociologia e a escola democrática: desafios e possibilidades. **Pós - Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, v. 17, n. 2, 2022.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George (ed.). **Writing Cultures: the poetics and politics of ethnography**. Berkeley: University of California Press, 1986.
- CORRÊA, Mariza. “Prefácio Esboços no espelho”. In: LANDES, Ruth. **A Cidade das Mulheres**. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ. 2002.
- COSTA, Ricardo César Rocha da; OLIVEIRA, Luiz Fernandes. **Sociologia para Jovens do Século XXI**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.
- COUCEIRO, Luiz. Etnografia hiper-realista: uma proposta para interpretar processos de ensino e aprendizagem. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 15, n. 32, 2020.
- DUMIT, Joseph. Game Design as STS Research. **Engaging Science, Technology, and Society**, v. 3, 2017.
- EARP, Maria de Lourdes Sá. A cultura da repetência em escolas cariocas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 17, n. 65, 2009.
- FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, v. 13, n. 13, p. 165-171, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GABRIEL, Fábio Antonio; PEREIRA, Ana Lúcia; GABRIEL, Ana Cássia. Redução da carga horária de Artes, Filosofia e Sociologia: Paraná, 2021. **Linhas Críticas**, v. 28, 2022.
- GASPAR, Andrea. Teaching Anthropology Speculatively. **Cadernos de Arte e Antropologia**, v. 7, n. 2, 2018.
- INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**,

- v. 33, n. 1, p. 6-25, 2010.
- INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. **Educação**, v. 39, n. 3, p. 404-411, 2016.
- LACRUZ, Adonai José; AMÉRICO, Bruno Luiz; CARNIEL, Fagner. Indicadores de qualidade na educação: análise discriminante dos desempenhos na Prova Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, 2019.
- LANDES, Ruth. **A Cidade das Mulheres**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 2002.
- LAPLANTINE, Francis. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LARA, Isabel Cristina Machado de. Formas de vida e jogos de linguagem: a Etnomatéтика como método de pesquisa e de ensino. **Com a Palavra, o Professor**, v. 4, n. 9, 2019.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- MEUCCI, Simone. Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, n. 3, 2015.
- OLIVEIRA, Amurabi. “Etnografia na escola? Cultura e pesquisa”. In: CARNIEL, Fagner; FEITOSA, Samara. (Orgs.). **A Sociologia em sala de aula: Diálogos sobre o ensino e suas práticas**. Curitiba: Base Editorial, 2012.
- PEIRANO, Marisa. Etnografia, ou teoria vivida. **Ponto Urbe**, v. 2, 2008.
- PINTO, Gustavo L. H.; SANTOS, Patrícia S.; SANTOS, Elisângela S.; SPIESS, Marcos A. R. Sobreviventes e naufragos: reflexões sobre Filosofia e Sociologia no Ensino Médio no contexto de disputas sociopolíticas contemporâneas. **Acta Scientiarum. Education**, v. 46, n. 1, 2023.
- RAPCHAN, Eliane Sebeika; CARNIEL, Fagner. NATUREZA OU CULTURA NA FORMAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA. **Revista Inter-Legere**, v. 1, n. 18, 2016.
- ROCHA, Maria de Fátima Silva da; SOUZA, Ester Maria de Figueiredo. Percursos formativos da etnografia colaborativa em educação: ressonâncias da elaboração de um protótipo didático para o ensino de Língua Portuguesa. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED**, v. 3, n. 9, 2022.
- SCHWEIG, Graziele Ramos. A etnografia como modo de ensinar e aprender na escola. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 28, n. 56, 2019.
- SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em movimento**. São Paulo: Moderna, 2016.
- SILVA, Ileizi F. A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. **Revista Cronos**, v. 8, n. 2, 2012.
- SILVA, João Luís Coletto da; SILVEIRA, Éder da Silva. Avaliação emancipatória do ensino médio politécnico: experiências etnográficas na educação física. **Est. Aval. Educ.**, v. 29, n. 71, 2018.

SPADACINI, Juliana Ayub Veltrini; RAMOS, Samantha Gonçalves Mancini; MELLO, Diene Eire. O ensino remoto emergencial no estado do Paraná: reflexões a partir das estratégias de enfrentamento. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 17, 2023.

ZAN, Dirce; KRAWCZYK, Nora. Ataque à escola pública e à democracia: notas sobre os projetos em curso no Brasil. **Retratos da Escola**, v. 13, n. 27, p. 607–620, 2020.